



Carta Aberta

O Poder Local Democrático é um pilar fundamental da democracia portuguesa, constituindo um dos eixos fundamentais da definição do Estado Português

Ao relembrarmos o papel desempenhado pelo Poder Local nos últimos 39 anos, responsável pela criação de infra-estruturas e pela prestação de serviços públicos essenciais às populações, desempenhando ainda um papel central na dinamização do investimento, público e privado e na criação de emprego, directa e indirectamente verifica-se o papel fundamental das autarquias como primeiro ponto de resposta aos problemas básicos dos cidadãos que aí encontram o amparo e apoio procurado, amparo e apoio que, cada vez mais, não conseguem encontrar numa Administração Central que, por força de sucessivos cortes e privatização de serviços públicos essenciais, não dá a resposta necessária e exigida em muitas daquelas que são as funções sociais do Estado.

Com os ataques que o Governo PSD/CDS-PP realizou contra o Poder Local e contra a sua autonomia, constitucionalmente consagrada, a situação dos seus trabalhadores assume hoje contornos aterradores. Salários e carreiras congeladas e aumento brutal da carga fiscal, entre muitas outras malfeitorias, traduzem-se em perdas remuneratórias que rondam os 30% para os trabalhadores da Administração Local.

Este mesmo Governo que atropelou a Lei e a Democracia na sua ânsia de estrangulamento e submissão do Poder Local Democrático aos seus desígnios, que durante o seu mandato negou o direito constitucional à contratação colectiva e espezinhou o princípio constitucional da autonomia do poder local, foi claramente derrotado nas urnas no passado dia 4 de Outubro.

A maioria dos eleitores disse não a este Governo e não a estas e outras políticas, que fizeram de Portugal nos últimos anos, um País mais pobre e mais desigual.

Contra tudo e contra todos, o actual Presidente da República decidiu mandar os derrotados da eleição de dia 4 de Outubro a formar, novamente Governo, subscrevendo assim a ligação, de quem deveria ser o garante máximo da Constituição Portuguesa, a quem durante 4 anos nunca deixou de a espezinhar e violar.

Com o anúncio do elenco do “novo” Governo PSD/CDS-PP, todos os actores que compõem esse universo vasto do Poder Local Democrático não podem deixar de se sentir apreensivos e revoltados, quer pela prática dos últimos 4 anos quer pela recondução neste “novo” Governo de figuras que, em relação aos Trabalhadores e ao Poder local Democrático, tudo fizeram para o subjugar, nunca respeitando a sua importância histórica e constitucional.

A recondução de uma Ministra das Finanças que por diversas vezes omitiu a verdade aos portugueses, nomeadamente quanto à ilegal e inconstitucional retenção dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho livremente negociados pelas legítimas partes, Sindicatos e Autarquias, não pode deixar de levantar dúvidas se este Governo pretende ou, afinal, cumprir a Constituição e obedecer ao recente Acórdão do Tribunal Constitucional, que arredou o governo de forma definitiva, de qualquer intervenção na contratação colectiva na Administração Local.

A recondução de um Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia que, em relação a esta mesma matéria, em 2014, assumiu perante todo o País na Assembleia da República, que em sede dos ACEP na Administração Local não cumpriu a Lei nem a Constituição nem possivelmente o tencionaria fazer no futuro, o mesmo Ministro que nunca soube ou quis explicar de forma séria e honesta o porquê da privatização da EGF, empresa pública que nunca deixou de dar dividendos ao Estado ou da concentração no Sector das águas, antecipando o objectivo claro e nunca rejeitado de vir um dia a privatizá-lo, à revelia das autarquias, dos trabalhadores e das populações envolvidas.

Este elenco governamental, amplamente anunciado em toda a Comunicação Social torna claras as verdadeiras intenções de quem sempre o apoiou, continuar e aprofundar os ataques aos trabalhadores, à Constituição e à Democracia, prosseguindo uma política de austeridade direccionada sempre aos mesmos, os trabalhadores em geral e os trabalhadores da Administração Pública em particular.

Hoje como ontem, o STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, afirma de forma inequívoca que continuará a bater-se pelos direitos dos trabalhadores das autarquias, pela contratação colectiva e pela efectivação da autonomia do Poder local Democrático, recusando qualquer hipótese de continuação das mesmas políticas que congelaram as carreiras na Administração Local, bloquearam os aumentos salariais e reduziram o poder de compra dos trabalhadores, agravaram a carga fiscal e aprofundaram a precariedade laboral, introduzindo-a de forma despudorada, em particular na Administração Local.

O STAL, associando-se à grande maioria dos eleitores portugueses que no dia 4 de Outubro rejeitaram estas políticas e este Governo exige uma verdadeira mudança para o País e para os portugueses.

Este sindicato considera assim como condições fundamentais para um novo rumo para o País, que assegure uma mais justa distribuição da riqueza e reponha a justiça social:

- I. O aumento efectivo dos salários e suspensão imediata da sobretaxa extraordinária do IRS, repondo o poder de compra destes trabalhadores, que tem vindo a sofrer reduções constantes e sucessivas na última década;



- II. Sejam desbloqueados os mecanismos de progressão e de promoção dos trabalhadores da Administração Pública, que permitam a sua evolução profissional e pessoal e a sua efectiva valorização enquanto factor essencial de produção e de progresso para o País;
- III. Se legisle no sentido da resolução da situação dos milhares de trabalhadores, que exercendo funções permanentes na Administração Local têm vínculos precários, quer se trate de CEI, CEI+, Estágios Profissionais ou qualquer outra forma de precariedade laboral, convertendo estas situações em vínculos efectivos;
- IV. O respeito pela Lei e pela Constituição por parte de todos os organismos e serviços da Administração Pública, tendo em conta a nulidade de todas as orientações, despachos bem como quaisquer outros documentos emitidos, quer pelo SEAP quer pela DGAEP, em relação aos ACEP na Administração Local, que deverão proceder à imediata publicação de todos os Acordos ilegitimamente bloqueados e recusados, com todos os efeitos decorrentes do Acórdão 494/2015 do Tribunal Constitucional e, nomeadamente que seja assegurado um prazo efectivo para a correcção de quaisquer irregularidades formais que alguns eventualmente ainda possam ter;
- V. A defesa intransigente dos serviços públicos de qualidade, garantindo o acesso universal aos cidadãos e os necessários investimentos em recursos materiais e humanos;
- VI. A suspensão imediata da privatização da EGF e a garantia da gestão pública no sector dos resíduos, bem como a reversão do processo de concentração da água, interditando por via legislativa a entrega a privados da exploração deste bem vital.
- VII. A efectiva negociação colectiva nas empresas, nos Bombeiros e no conjunto da Administração Pública.
- VIII. Exigir de todos os órgãos de soberania o pleno respeito pela Autonomia do Poder Local Democrático, reconhecendo o papel fundamental desta e dos seus trabalhadores na construção do Estado Português e na realização e aprofundamento da democracia em Portugal.

Lisboa, 30 de Outubro de 2015

A Direção Nacional do STAL

